

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 282-309.

A INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Michelle França Dourado Neto Pires
Antonio Roazzi
Alexsandro Medeiros do Nascimento
Bruno Campello de Souza
Suely A. do N. Mascarenhas

Resumo: Os pais desempenham um papel crucial no processo de socialização de seu filho, pois através de suas ações e ensinamentos as crianças podem aprender quais tipos de comportamentos são aceitos socialmente e quais ações devem ser inibidas. Levando em consideração a importância dos agentes socializadores e suas práticas para o desenvolvimento da criança, o objetivo do presente trabalho é apresentar e refletir o conceito de socialização abordando como ele foi compreendido em diferentes áreas de conhecimento. Além de discutir, a partir de estudos empíricos, a diferença entre estilos e práticas parentais, explorando os tipos de técnicas que podem ser utilizados pelos pais e as suas consequências para o desenvolvimento da criança. Ademais busca-se apresentar como a cultura pode influenciar na escolha da técnica parental. Por fim, é proposta uma reflexão sobre como os pais podem utilizar práticas disciplinares positivas para potencializar o desenvolvimento da criança.

Palavras-Chave: práticas parentais, práticas disciplinares, socialização, parentalidade, prosocialidade, empatia.

Abstract: Parents play a crucial role in their child's socialization process because through their actions and teachings, children can learn what types of behavior are socially accepted and which actions should be inhibited. Taking into account the importance of socializing agents and their practices for child development, the aim of this paper is to present and reflect the concept of socialization addressing how it was understood in different areas of knowledge. Besides discussing, based on empirical studies, the difference between styles and parenting practices, exploring the types of techniques that can be used by parents and their consequences for children's development. In addition, it seeks to show how culture can influence the choice of parental technique. Finally, it proposes a reflection on how parents can use positive disciplinary practices to enhance child development.

Keywords: parental practices, disciplinary practices, socialization, parenthood, prosociality, empathy.

A criança desde o seu nascimento está inserida em uma sociedade com regras, crenças e valores específicos. Uma vez que os pais são os primeiros cuidadores, eles possuem a função de auxiliar a criança a produzir padrões de comportamentos socialmente aceitáveis e prepará-la para lidar com seu mundo particular (Borsa, 2007; Pacheco, Silveira & Schneider, 2008). Essa preparação que visa tornar o indivíduo apto

para conviver com as condições existentes no seu contexto social é denominada socialização (Noack, 2011).

Apesar de a socialização ser capaz de ocorrer em qualquer momento da vida do sujeito, a infância é um momento particularmente maleável, sendo considerado o período em que importantes aspectos da vida do sujeito são desenvolvidos e estabelecidos, tais como: habilidades sociais, características da personalidade, e orientações sociais e valores (Maccoby, 1992).

A pesquisa sobre a socialização inicialmente foi guiada pela teoria Psicanalítica a qual baseava esse processo na noção de conflito entre os desejos da criança e as demandas da sociedade. Nessa perspectiva, a criança é vista como hedonista e agressiva, assim a sociedade e os pais teriam o importante papel de intervir para civilizar a criança (Bugental & Grusec, 2006). Essa perspectiva destaca que as práticas parentais são cruciais para a experiência da criança, e que a qualidade dessa relação possui consequências em longo prazo na vida do sujeito (Maccoby, 1992).

Já na teoria do Apego, a noção de conflito entre os desejos da criança e as normas da sociedade é deixada de lado. O foco está na qualidade da relação entre os pais e seus filhos, na maneira como o apego pode interferir no controle emocional da criança. Esse apego se desenvolve nos primeiros anos de vida, e interfere nas atitudes que o indivíduo terá diante de diversos aspectos da sua vida.

Na teoria Behaviorista, os pais são vistos como professores, os quais possuem a função de definir o que as crianças devem aprender. Os pais desempenham tal papel através do uso de recompensas e punições que fortalecem os comportamentos desejados e eliminam os indesejáveis do repertório infantil. Além disso, os cuidadores também têm a função de estabelecer a contingência que permite a criança discriminar entre situações em que determinado comportamento é permitido e situações em que não é. Assim, para a teoria Behaviorista, a socialização é vista como um processo de acréscimo do repertório de respostas sociais habituais que adquirem uma probabilidade específica de ocorrer em condições específicas (Maccoby, 1992).

A teoria da Aprendizagem Social tem como foco a transmissão e internalização de valores no processo de socialização da criança. Essa abordagem forneceu pressupostos teóricos para pesquisas importantes no campo da socialização, como as práticas de disciplinas parentais (Bugental & Grusec, 2006).

Essas diferentes teorias sobre socialização defendem que os estilos parentais possuem um importante efeito no desenvolvimento da criança (Darling & Steinberg, 1993). As atitudes que os pais possuem em relação aos seus filhos, o tom de voz, a maneira de reagir, o controle que exercem sobre a criança, fornecem um clima emocional que irá influenciar no desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança (Bugental & Grusec, 2006).

Interação entre pais e filhos: Estilos Parentais e Práticas Parentais

Uma das teorias pioneiras sobre a influência que os pais podem exercer nos comportamentos de seus filhos foi proposta por Baumrind (1966). Essa autora levou em consideração as funções de controle exercidas pelos pais e a responsividade, sugerindo a existência de três estilos parentais: permissivo, autoritário e autoritativo. O estilo Permissivo é composto por ações e atitudes consideradas não punitivas que os pais adotam em relação aos seus filhos, os cuidadores se comportam com aceitação em resposta aos impulsos e desejos da criança. Desse modo, os pais se apresentam como um recurso para que a criança satisfaça seus próprios desejos.

No estilo Autoritário, os pais tentam moldar, controlar e avaliar os comportamentos da criança de acordo com um conjunto de padrões de conduta. Esses padrões são usualmente absolutos e formulados com alta autoridade. A obediência é valorizada como uma virtude e o diálogo não é encorajado. Por fim, o estilo Autoritativo no qual os pais tendem a direcionar as atividades das crianças de maneira reflexiva e valorizam tanto a vontade autônoma da criança como o comportamento disciplinado. Assim, fazem cumprir sua própria perspectiva como autoridade, mas reconhecem que os desejos individuais da criança devem ser compreendidos de maneira peculiar.

Em estudo posterior, Baumrind (1967) investigou como os diferentes estilos parentais interferem de modo distinto nos comportamentos das crianças. Participaram da pesquisa 32 crianças californianas, com idade entre 3 e 4 anos. Os resultados do estudo apontaram que pais que exercem controle e são exigentes, mas também procuram garantir o bem-estar físico e emocional da criança e são comunicativos possuem filhos que tendem a ser autoconfiantes, exploradores, auto-assertivos, realistas, competentes e contentes. Por outro lado, quando os pais são permissivos e não exercem

nenhum controle sobre a criança, seus filhos tendem a apresentar baixos níveis de autocontrole e autoconfiança. Esses achados sugerem que os estilos parentais influenciam no desenvolvimento de importantes aspectos da vida da criança.

Darling e Steinberg (1993) propuseram uma distinção entre os estilos parentais e práticas parentais. Os estilos parentais são compreendidos como o contexto no qual a socialização ocorre e não como uma prática de socialização em si. Assim, o estilo parental fornece o clima emocional que regula como a criança e o adolescente irão reagir às práticas parentais. Enquanto as práticas parentais seriam mecanismos pelos quais os pais ajudam diretamente seus filhos a atingir suas metas de socialização em um domínio específico.

Diante dessa proposta, existiriam duas dimensões diferentes na interação entre pais e filhos, as quais seriam: os estilos e as práticas parentais (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003). Como dito anteriormente, os estilos parentais que se constituem em padrões gerais que compõem o relacionamento entre pais e filhos, seriam, portanto, as situações nas quais as práticas educativas acontecem. Por outro lado, as práticas parentais seriam ações que os pais possuem para que seus filhos alcancem seus objetivos no processo de socialização.

Com a finalidade de caracterizar a produção de estudos na área de práticas parentais no Brasil, Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010) desenvolveram uma revisão de literatura a partir de 64 artigos e puderam constatar que mais da metade dos estudos realizados dentro dessa temática foram publicados entre 2005 e 2007. Além disso, foi verificado que a maior parte dos artigos era de natureza empírica (n=51), e o restante de natureza teórica.

No que concerne aos temas de investigação dos estudos investigados por Macarini *et al.* (2010) foi verificado que o tema com maior frequência de estudos foi aquele que buscou caracterizar as práticas dos pais, mas sem relacioná-las com o desenvolvimento dos filhos. E o segundo tema com maior frequência foram estudos que buscavam relacionar as práticas parentais com o desenvolvimento social e emocional da criança. Sendo destacada a empatia como uma das características emocionais no desenvolvimento da criança que se relaciona com as práticas utilizadas pelos pais.

A partir da revisão feita por Macarini *et al.* (2010) é possível inferir que as práticas parentais podem influenciar no desenvolvimento da empatia durante a infância

e adolescência, essa proposta também tem sido sugerida por outros autores (Justo, Carvalho & Kristensen, 2014; McDonald & Messinger, 2011). Sobre esse pressuposto Motta, Falcone, Clark e Manhães (2006) realizaram seu estudo com o intuito de investigar como as práticas educativas utilizadas pelos cuidadores em diferentes contextos sociais podem interferir no desenvolvimento da empatia em crianças. Participaram da pesquisa 77 crianças, com idade entre 6 e 12 anos. Destas, 37 viviam em abrigos, sendo 8 em abrigos de longa permanência (abrigo pequeno) e 29 em abrigos de curta permanência (abrigo grande). As outras 40 crianças residiam com suas próprias famílias. Para avaliar a empatia das crianças foram utilizados dois instrumentos: a escala de Bryant e uma medida com o uso de vídeo. Para medir as práticas educativas usadas pelos cuidadores foi utilizada uma entrevista semiestruturada com 18 questões.

Os resultados do estudo desenvolvido por Motta *et al.* (2006) apontaram que as crianças que residiam nos abrigos grandes obtiveram os menores escores nas medidas de empatia. Além disso, foi averiguada uma relação positiva entre a prática educativa e o nível de empatia da criança, sendo verificado que quanto mais os cuidadores utilizavam práticas educativas positivas maior era o nível de empatia das crianças. Esse resultado sugere que as práticas utilizadas pelos cuidadores, podem interferir no desenvolvimento emocional da criança.

De modo semelhante, o estudo desenvolvido por Farrant, Devine, Maybery e Fletcher (2012) possuía como um dos seus objetivos investigar se prática das mães em encorajar seus filhos a tomar a perspectiva do outro, sendo essa prática considerada positiva, iria influenciar no desenvolvimento da empatia cognitiva e no comportamento prossocial da criança. Participaram do estudo 72 crianças australianas com idade entre 47 meses (3 anos e 9 meses) e 76 meses (6 anos e 3 meses).

Os achados do estudo desenvolvido por Farrant *et al.* (2012) sugerem que as mães que incentivavam mais os seus filhos a tomarem a perspectiva do outro tendiam a ter filhos que apresentavam maiores níveis de empatia cognitiva e maior emissão de comportamentos prossociais. Esses dados sugerem que a utilização de práticas que incentivam a criança a refletir e tomar a perspectiva do outro (práticas positivas) está relacionada a maiores emissões de comportamento prossocial e maiores níveis de empatia durante o desenvolvimento infantil.

Dentro do campo de estudo sobre práticas parentais, destacam-se as práticas disciplinares, as quais se inserem no processo de socialização da criança. Na relação entre pais e filhos não é incomum que a criança emita comportamentos considerados indesejáveis, cabendo aos primeiros agentes socializadores a tarefa de corrigir e direcionar essas ações de maneira a torná-las mais adequadas ao ambiente sociocultural (Carvalho, 2014). O objetivo final da prática de disciplina parental deve ser a internalização de regras, as quais irão direcionar a ação da criança, mesmo na ausência de uma supervisão externa.

Desse modo a disciplina parental deve ser empregada de maneira positiva, com a finalidade de auxiliar a criança a compreender as regras que permeiam a sociedade (Barroso, 2011). No entanto, nem sempre as práticas de disciplina positivas são utilizadas pelos pais, o que tem levado a uma compreensão errônea sobre a finalidade da disciplina, sendo interpretada muitas vezes como sinônimo de punição (Holden, 2002).

Os diferentes tipos de Técnicas Disciplinares Parentais

Hoffman (2000) propõe a existência de três tipos de técnicas disciplinares parentais: afirmação de poder, retirada do amor e a indução. As duas primeiras são práticas consideradas coercitivas, o seu uso pode levar as crianças a obedecerem às exigências estabelecidas pelos pais, no entanto, essa obediência ocorre apenas pelo medo da punição. Por outro lado, o emprego da técnica indutiva possibilita a internalização de normas, e a reflexão sobre a maneira correta de se comportar (Carvalho, 2014; Duarte, 2011). Além disso, o seu uso está relacionado ao desenvolvimento da empatia e de comportamentos prossociais (Guevara, Cabrera, Gonzalez & Devis, 2015).

A técnica de afirmação do poder é baseada na punição, nela os pais aproveitam a autoridade e o domínio que possuem em relação à criança para fazer uso de reclamações, ameaças, força real e privações. Esse poder abusivo, sem explicações para a criança, implica em uma obediência sem entendimento, pois as crianças não conseguem compreender a mensagem que seus pais querem transmitir e apenas se submetem a determinada ordem por receio das consequências externas (Hoffman, 2000).

Assim, a utilização da afirmação do poder pode levar a obediência imediata da criança, no entanto essa subordinação possui um efeito apenas em curto prazo, pois não promove a internalização sobre as regras morais utilizadas pelos pais, já que a criança não compreende a razão pela qual deve modificar o seu comportamento (Gershoff, 2002). Com o decorrer do tempo, a criança irá obedecer aos seus pais devido ao medo, mas expressará a sua raiva nas relações com outras pessoas que são vistas por elas como possuindo menos poder, como as professoras da escola e os seus colegas (Hoffman, 2000).

Essa pressuposição foi verificada empiricamente no estudo realizado por Zottis, Salum, Isolan, Manfro e Heldt (2014) em que se observou que quanto mais os pais utilizavam as práticas disciplinares autoritárias e punitivas, as quais envolviam o uso de agressão física e psicológica, maiores eram as chances dos seus filhos emitirem comportamentos agressivos e praticarem bullying em relação aos seus pares.

Além de comportamentos indesejados, as práticas de afirmação de poder, especificamente, a punição física e a privação de privilégios, podem provocar na criança emoções negativas, tais como: medo, ansiedade e raiva (Grusec & Goodnow, 1994; Rodriguez, 2003). Essas emoções negativas podem interferir na qualidade do relacionamento entre os pais e seus filhos, pois a criança pode passar a evitar os seus pais por medo das consequências dos seus atos, o que pode ocasionar um comprometimento na socialização da criança (Gershoff, 2002).

As técnicas de afirmação de poder podem ser menos coercitivas e danosas à criança se vierem acompanhadas de razões e explicações em relação ao motivo da proibição e da punição que os pais utilizaram para disciplinar a criança (Hoffman, 2000). Apesar das elucidações tornarem essa técnica menos prejudicial para o desenvolvimento da criança, sua aplicação não favorece a internalização das normas que os pais desejam que os filhos compreendam.

Dessa maneira, a utilização da afirmação de poder não proporciona o entendimento sobre o motivo que a criança deve alterar o seu comportamento, fazendo com que ela não processe a informação fornecida pelos seus agentes socializadores (Carvalho, 2014). Além disso, o uso da punição física, a privação de privilégios, e as ameaças de retirada do amor estão relacionados negativamente com a emissão de

comportamentos prossociais, a empatia e o raciocínio moral em crianças (Eisenberg & Fabes, 1998; Eisenberg & Valiente, 2002; Krevans & Gibbs, 1996).

Quando os pais fazem uso da técnica de retirada do amor, eles estão, da mesma maneira, utilizando o poder para disciplinar a criança, porém com uma quantidade de exigência menor. Essa técnica consiste na desaprovação de comportamentos das crianças, a partir de expressões que demonstram raiva e insatisfação. Os pais podem ter atitudes como: ignorar a criança, recusar a falar ou escutar a criança, isolar a criança e virar as costas para ela (Hoffman, 2000).

Na técnica de retirada de amor, os pais demonstram seu sentimento negativo em relação ao comportamento incorreto da criança, podendo também provocar uma ansiedade perturbadora no seu filho tal como acontece na afirmação de poder. Por outro lado, da mesma maneira que a técnica anterior, os efeitos da retirada do amor podem ser atenuados quando se faz uso concomitante de explicações (Hoffman, 2000).

Tanto a afirmação de poder como a retirada do amor são técnicas disciplinares consideradas coercitivas que podem trazer consequências negativas para a criança como ansiedade, medo, e comportamentos agressivos. Por outro lado, Hoffman (2000) aponta que a técnica indutiva seria considerada positiva, pois é eficaz para aumentar o nível de empatia e porque proporciona um estado reflexivo na criança em que ela é incentivada a tomar a perspectiva do outro. A indução pode acontecer no contexto em que a criança prejudica ou está prestes a prejudicar alguém, e é alertada de como o seu comportamento pode causar dano ao outro. Através da técnica de indução, a criança pode perceber o sofrimento do outro e como suas ações causaram tal sofrimento.

Ainda segundo Hoffman (2000) o uso da técnica indutiva seguiria uma ordem de complexidade, desde as mais simples até as mais robustas. As primeiras técnicas de indução seriam voltadas para alertar a criança sobre as consequências físicas que suas ações possuem no outro. Por exemplo: *“Se você bater nele, ele vai se machucar e chorar”*. Nesse momento é destacado para criança como seu comportamento pode prejudicar o outro causando dor, mas não é alertado sobre como suas ações podem interferir no estado emocional do outro.

À medida que a criança compreende que ela e o outro possuem estados internos diferentes, as consequências emocionais da ação também seriam apontadas. Por exemplo: *“Ele se sente triste quando você não compartilha o seu brinquedo, da mesma*

maneira que você se sentiria triste se ele não compartilhasse o brinquedo com você” (Hoffman, 2000). Nesse momento a criança é incentivada a refletir sobre como suas ações podem modificar as emoções de outras pessoas. Além de ser estimulada a pensar como ela se sentiria na mesma situação que o outro se encontra naquele momento.

Com o passar do tempo a técnica de indução poderia ser utilizada com o objetivo de levar a criança a apreender sobre as intenções e os desejos dos outros: Por exemplo: *“Não grite com ela, ela está querendo te ajudar”*. Neste momento a criança é incentivada a pensar que nem toda consequência negativa provém, necessariamente, de uma intenção ruim.

Por fim, a técnica indutiva pode ser empregada com o intuito de incentivar a utilização dos atos reparadores, os quais objetivam auxiliar a criança a construir estratégias que possibilitem algum tipo de reparação pelos danos causados aos outros. Por exemplo: quando a criança realiza alguma ação que prejudique outra, o cuidador pode estimular a criança a reparar o prejuízo causado da seguinte maneira: *“Você pode dizer a ela que se sente mal por ter feito ela se sentir triste, e que vai tentar fazê-la se sentir melhor”*.

A vantagem da técnica de indução em relação a outras técnicas disciplinares (afirmação de poder, retirada de amor), está no fato dela fazer a criança atentar para a angústia do outro, tornando esse estado de sofrimento saliente para ela. Assim, a criança é capaz de visualizar o papel que sua ação tem na angústia do outro, o que a mobilizaria por meio dos sentimentos empáticos.

Apesar da técnica de indução ser indicada como eficaz para a promoção da empatia, nenhum estudo se baseou em tal técnica para propor intervenções para o desenvolvimento da empatia e comportamento pró-social em contexto escolar. Desse modo, a técnica indutiva pode ser usada como forma preventiva de comportamentos indisciplinados tanto no contexto escolar como familiar, conforme sugere Berliner e Masterson (2015).

Estudos empíricos sobre o uso de diferentes técnicas de disciplina parental e sua associação com o desenvolvimento da criança

Quando os pais aplicam alguma técnica disciplinar nos seus filhos eles possuem como principais finalidades: cessar o comportamento inadequado emitido pela criança e promover a compreensão sobre as normas e regras sociais que a criança está submetida

(Gershoff, 2002). No entanto, nem sempre esses objetivos são alcançados, pois a sua concretização depende da técnica de disciplina que é escolhida e utilizada pelos pais.

Algumas técnicas disciplinares, como a afirmação de poder e retirada do amor possuem consequências no comportamento da criança apenas em curto prazo, levando a uma obediência imediata. Por outro lado, não promovem obediência em longo prazo, pois a utilização desses tipos de disciplinas dificulta e prejudica a internalização de normas e regras sociais (Gershoff, 2002). Diversos estudos têm demonstrado que o uso de técnicas coercitivas (afirmação de poder e retirada do amor) está relacionado com a agressividade, comportamentos antissociais, problemas emocionais, e outras consequências negativas para o desenvolvimento (Xing & Wang, 2013; Xing, Zhang, Shao & Wang, 2017).

No que concerne à relação entre técnicas coercitivas e problemas emocionais em crianças e adolescentes, Rodriguez (2003) desenvolveu sua pesquisa com 42 crianças com idade entre 8 e 12 anos da Nova Zelândia, com o objetivo de investigar as diferenças no funcionamento emocional das crianças como um produto das práticas disciplinares reportadas pelos pais e do potencial de abuso infantil.

Os resultados do estudo realizado por Rodriguez (2003) apontaram que os pais, os quais utilizavam mais as técnicas de disciplinas físicas severas tendiam a ter filhos que apresentavam maiores níveis de ansiedade e de depressão quando comparados com os filhos de pais que utilizavam com menor frequência técnicas de disciplinas severas. Esses achados suportam a evidência de que crianças que crescem em famílias cujos pais fazem uso de disciplina punitiva podem desenvolver maiores sintomas de problemas emocionais internalizantes.

Do mesmo modo, Xing e Wang (2013) investigaram, através de um estudo longitudinal, os efeitos da punição corporal parental sobre os problemas de comportamentos internalizantes de crianças. Foram levados em consideração o sexo das crianças e o tipo de castigo corporal. Participaram do estudo 454 crianças chinesas, da 3ª a 5ª série de uma escola pública.

As crianças responderam a Escala de Táticas de Conflitos entre Pais e Filhos, para avaliar a punição corporal, essa escala é composta por cinco subescalas: disciplina não violenta, agressão psicológica, punição corporal, agressão física grave, e agressão muito grave severa. A subescala de punição corporal era o foco do estudo. Os

problemas internalizantes das crianças foram medidos através do uso da subescala de depressão/ansiedade (16 itens) e subescala de retirada (7 itens) pertencentes a escala de auto-relato da juventude, esse questionário de auto-relato padronizado e bem estabelecido foi desenvolvido para avaliar os problemas comportamentais ou emocionais de crianças nos últimos 6 meses.

De modo geral, os resultados do estudo de Xing e Wang (2013) apontaram que existe uma relação positiva entre a punição corporal parental e problemas de comportamentos internalizados nas crianças, indicando que quanto mais os pais fazem uso de punição corporal maior é a tendência das crianças apresentarem problemas de comportamento internalizado. Além disso, foi verificado que as meninas seriam mais sensíveis aos efeitos da punição corporal do que os meninos, pois os efeitos da punição corporal moderada são verificados nas meninas enquanto nos meninos são observados os efeitos somente da punição corporal severa.

De modo semelhante, Mackenbach, Ringoot, Der Ende, Verhulst, Jaddoe, Hofman, Jansen e Tiemeier (2014) desenvolveram sua pesquisa com o intuito de investigar as consequências do uso de disciplinas parentais severas (punição física e punição verbal) no desenvolvimento de problemas comportamentais e emocionais das crianças. Esses aspectos foram avaliados pelos pais e pela própria criança.

Participaram da pesquisa os pais, as mães e as crianças, totalizando 3764 sujeitos. As crianças na linha de base tinham 3 anos de idade e no segundo momento do estudo 6 anos de idade. Os pais responderam o questionário de práticas de disciplinas parentais e o questionário de problemas emocionais e de comportamento quando as crianças tinham 3 anos de idade. Os problemas emocionais e de comportamentos foram avaliados a partir da perspectiva da criança quando ela estava com 6 anos de idade.

Os resultados do estudo desenvolvido por Mackenbach *et al.* (2014) apontaram que o uso da disciplina parental severa está relacionado a problemas emocionais e de comportamento na criança, quando estes foram avaliados pelos pais. Esses achados sugerem que o uso de disciplinas severas, seja pelo pai ou a mãe está relacionado ao aumento da probabilidade das crianças apresentarem problemas emocionais e de comportamentos.

Alguns autores têm argumentado que os efeitos do uso de técnicas disciplinares baseadas na afirmação de poder podem ser tão danosos para o indivíduo que possui

consequências negativas para a saúde mental em longo prazo. Essas sequelas podem se estender para outros períodos da vida, como a adolescência e vida adulta. Essa pressuposição foi investigada empiricamente no estudo desenvolvido por Mulvaney e Mebert (2010), esses autores realizaram sua pesquisa com o intuito de investigar o impacto da punição corporal utilizada pelos pais durante a infância na saúde mental de adolescentes mais velhos.

Participaram do estudo 174 estudantes universitários, com idade entre 18 e 21 anos. Foi utilizada a Escala de Táticas de Conflitos para medir a frequência da punição corporal e abuso físico vivenciado durante a infância. Também foram avaliadas a depressão e a autoestima dos adolescentes. De modo geral, os resultados do estudo desenvolvido por Mulvaney e Mebert (2010) mostraram que o uso da punição corporal pelas mães durante a infância possui implicações durante a adolescência, sendo, portanto verificado que indivíduos cujos cuidadores fizeram uso da punição corporal quando os mesmos eram crianças apresentavam maiores índices de depressão na adolescência.

Do modo semelhante, Turner e Muller (2004) desenvolveram sua pesquisa com o intuito de examinar o impacto da punição corporal na infância sobre a depressão posterior entre jovens adultos. Fizeram parte da amostra 649 estudantes de três faculdades da área de Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, com idades entre 18 e 29 anos. A punição corporal foi medida usando como referência as experiências vivenciadas pelo indivíduo quando ele tinha 13 anos de idade, para tanto foi utilizada uma lista específica de ações que envolviam a punição corporal. Os sintomas da depressão foram medidos através da Escala de Depressão desenvolvida pelo Centro de Estudos Epidemiológicos (CES-D).

Os resultados do estudo de Turner e Muller (2004) indicaram que o nível de punição corporal se relacionou positivamente e significativamente com os sintomas da depressão, indicando que quanto mais os pais faziam uso de disciplinas que envolviam a punição corporal durante a infância, mais os indivíduos tendiam a apresentar sintomas depressivos durante a fase adulta. Esses dados fornecem evidências de que as consequências negativas provenientes do uso de técnicas coercitivas podem se estender além da infância. Ademais, ressaltam que elas dificultam a internalização de normas que são importantes para a convivência em sociedade.

Além de consequências negativas para o desenvolvimento emocional das crianças, estudos têm apontado que indivíduos os quais são submetidos a técnicas de disciplina consideradas coercitivas possuem também maior tendência a manifestarem problemas de comportamentos externalizantes. Tal como foi observado no estudo realizado por Alvarenga e Piccinini (2001), o qual teve como objetivo investigar diferenças entre as práticas de disciplina utilizadas por mães de crianças com problemas de comportamento envolvendo externalização (grupo clínico) e mães de crianças sem problemas de comportamento (grupo não clínico).

Os resultados do estudo desenvolvido por Alvarenga e Piccinini (2001) apontaram que as práticas coercitivas foram mais utilizadas pelas mães das crianças que faziam parte do grupo clínico do que as mães de crianças do grupo não clínico. Mais especificamente, em relação à punição física, foi verificado que as mães do grupo clínico tenderam a utilizar mais esse tipo de disciplina do que as mães do grupo não clínico. Esses achados sugerem que quando o cuidador faz uso de práticas coercitivas ocorre uma tendência maior dos seus filhos apresentarem problemas de comportamentos externalizantes.

De maneira semelhante, Deater-Deckard, Dodge, Bates e Pettit (1996), realizaram seu estudo com a finalidade de examinar a relação entre o uso da disciplina parental física e problemas externalizantes de crianças. Participaram do estudo 466 crianças americanas europeias e 100 africanas americanas. Para avaliar a disciplina utilizada pelas mães foram usadas: uma entrevista semi-estruturada, situações hipotéticas, e um questionário. Os problemas de comportamentos externalizantes das crianças foram avaliados pelas mães, professora, e pelos pais.

Os resultados do estudo realizado por Deater-Deckard *et al.* (1996) indicaram que, entre as crianças americanas europeias, altos níveis de punição física estão associados a maiores níveis de problemas de comportamentos externalizados e com a agressividade. Por outro lado, essa relação não foi encontrada entre as crianças americanas africanas quando os pais faziam uso da punição física. Esses dados sugerem que as consequências negativas do uso da punição física podem ser mais prejudiciais para um determinado grupo de crianças do que para outro.

Existem estudos que além de mostrar a relação entre a punição corporal e problemas de comportamentos, sugerem que quando os pais fazem uso desse tipo de

técnica tendem a utilizar menos práticas parentais consideradas positivas. Como foi verificado na pesquisa desenvolvida por Gámez-Guadix, Straus, Carrobles, Muñoz-Rivas e Almendros (2010) esses autores estavam interessados em saber se a relação entre a punição corporal e problemas de comportamento é moderada pelo contexto parental positivo e pela co-ocorrência de agressão psicológica.

Neste sentido, 1071 universitários de Madrid, com idade média de 21 anos responderam o inventário de dimensões de disciplina, o qual avalia a punição corporal e agressão psicológica, sendo incentivados a responder as questões com base nas suas experiências aos 10 anos de idade. Além disso, responderam uma escala para avaliar traços e comportamentos antissociais e um inventário de depressão maior.

Os resultados do estudo realizado por Gámez-Guadix *et al.* (2010) apontaram que a punição corporal empregada pelos pais quando as crianças tinham 10 anos de idade predizia comportamentos e traços antissociais na idade adulta. Além disso, foi verificado que quanto maior o uso da punição corporal parental menor era o grau de parentalidade positiva.

Esses achados sugerem que os pais que fazem uso de disciplinas que envolvem afirmação de poder tendem a não utilizar estratégias parentais positivas, o que pode levar a consequências negativas para o desenvolvimento da criança, pois as práticas coercitivas dificultam a compreensão das regras sociais.

Gershoff (2002) buscou investigar, a partir de uma revisão sistemática, a associação entre a punição corporal parental e 11 comportamentos e experiências na criança. Foram analisados 88 estudos, a partir dos quais foi constatado que a punição corporal, utilizada pelos pais, possui diferentes consequências para o comportamento da criança. Os resultados apontaram que a punição corporal foi associada a somente um comportamento desejado, a obediência imediata.

Por outro lado, Gershoff (2002) constatou que a utilização da punição corporal pelos pais está relacionada a diversos comportamentos e experiências indesejados, tais como: redução da internalização moral, aumento na agressividade da criança, aumento da delinquência e de comportamento antissocial, redução na qualidade da relação entre pais e filhos, redução na qualidade da saúde mental da criança, aumento da chance de ser vítima de abuso físico, aumento da agressividade adulta, aumento da criminalidade e

do comportamento antissocial na idade adulta, redução da saúde mental na idade adulta, aumento do risco que o seu próprio filho estará exposto.

Esse conjunto de dados encontrado sugere que as consequências negativas das práticas baseadas na afirmação de poder são muito maiores do que as consequências positivas para a criança. Assim, diversos autores têm sugerido que os pais devem empregar práticas disciplinares positivas as quais são consideradas menos punitivas para as crianças.

A técnica indutiva se caracteriza como uma prática parental positiva, pois o seu uso está relacionado à internalização moral, a emissão de comportamentos prossociais, com o desenvolvimento e a potencialização da empatia e com a identidade moral (Eisenberg & Valiente, 2002; Hoffman & Saltzstein, 1967, Krevans & Gibbs, 1996; Patrick & Gibbs, 2012).

Diversos estudos têm verificado empiricamente essa relação entre a técnica indutiva e importantes aspectos do desenvolvimento, e contrastando os efeitos dessa técnica com os de outras técnicas consideradas coercitivas (afirmação de poder e retirada do amor). Como no estudo desenvolvido por Hoffman e Saltzstein (1967) em que se objetivou investigar como as práticas disciplinares parentais se relacionam com o desenvolvimento moral e com a internalização de valores morais nas crianças. Para tanto, 444 crianças, 129 mães e 75 pais responderam a diferentes medidas para avaliar os índices morais das crianças e as práticas de disciplina parentais. As crianças eram estudantes da sétima série, sendo 146 meninos de nível socioeconômico médio, 124 meninas de nível socioeconômico médio, 91 meninos de nível socioeconômico baixo e 83 meninas de nível socioeconômico baixo.

Os resultados apontaram para uma relação quase inexistente entre o desenvolvimento moral das crianças de nível socioeconômico baixo, e a prática de disciplina utilizada pelas mães, quando comparada com as crianças de nível socioeconômico médio. Hoffman e Saltzstein (1967) apontam, dentre outras justificativas, que isso pode ter acontecido porque as mães das crianças de nível socioeconômico baixo se envolvem mais em trabalhos com uma carga horária mais extensa do que as mães das crianças de nível socioeconômico médio, o que faz as mães se ausentarem mais.

No que concerne às crianças de nível socioeconômico médio, foi constatado, de modo geral, que o uso da técnica afirmação de poder estava associado a um frágil desenvolvimento moral nas crianças. Enquanto o uso da técnica disciplinar retirada do amor, na maioria das vezes, não foi relacionado com o desenvolvimento moral, em alguns casos, quando ocorreu relação, essa se deu de forma negativa. Por outro lado, o uso da técnica indutiva se relacionou positivamente com o avanço do desenvolvimento moral nas crianças. Mais especificamente, observou-se que as mães que utilizavam a técnica indutiva possuíam filhos com maior nível moral.

De maneira semelhante, Krevans e Gibbs (1996), buscaram examinar as relações entre as práticas disciplinares parentais, as respostas empáticas, e os comportamentos prossociais das crianças. Para tanto, 78 crianças, sendo 34 meninos e 44 meninas, suas mães e suas professoras completaram algumas medidas que avaliavam os tipos de técnicas de disciplina propostos por Hoffman, a empatia e o comportamento prossocial.

Para avaliar as práticas parentais, as mães e as crianças responderam ao questionário modificado de disciplina parental desenvolvido por Hoffman e Saltzstein (1967). Para avaliar o comportamento prossocial das crianças foram utilizadas cinco medidas. Na primeira, as professoras deveriam apontar aquelas crianças que tinham um desejo de ajudar de uma maneira mais altruísta e mais hedonista; a segunda medida foi feita a partir da classificação da professora em relação aquelas crianças que eram mais prestativas.

Na terceira e quarta medida, as professoras deveriam apontar as crianças que tinham propensão para agir prossocialmente em duas situações específicas. Na quinta medida, a criança tinha a oportunidade de doar algumas moedas para uma criança de nível socioeconômico baixo. Para avaliar a empatia foram utilizadas três medidas: duas para averiguar a maturidade da empatia sendo: história como estímulo e mini filmes. E a terceira medida foi a escala desenvolvida por Bryant (1982) que avalia a resposta empática.

Os resultados do estudo de Krevans e Gibbs (1996) demonstraram que os pais que utilizavam mais a técnica de disciplina indutiva em oposição ao uso da afirmação de poder, possuíam filhos mais prossociais e empáticos. Foi também constatado que as crianças, cujos pais utilizavam mais a técnica de afirmação de poder, apresentavam menor emissão de comportamentos prossociais.

Do mesmo modo, Lopez, Bonenberger e Schneider (2001) buscaram investigar o possível papel da técnica de indução e da afirmação de poder no desenvolvimento da empatia e raciocínio moral durante o início da idade adulta. Participaram desse estudo 102 estudantes universitários, com idade média de 19,6 anos, de uma Universidade no Sul dos Estados Unidos. Foram utilizadas duas medidas auto-avaliativas para mensurar as práticas de disciplina parentais vivenciadas pelos universitários durante a infância. Os níveis de empatia foram medidos através do Questionário de Empatia Emocional, e para avaliar os níveis de julgamento moral foi utilizado o Teste Definição de Questões.

Os resultados de Lopez *et al.* (2001) apontaram que os pais que faziam uso da técnica de indução tendiam a ter filhos que apresentavam maiores níveis de empatia. Além disso, foi verificado que o uso de punição corporal, mesmo em menor grau, foi negativamente relacionado com a empatia. Esses achados sugerem que técnicas parentais positivas estão relacionadas ao desenvolvimento da empatia, enquanto aquelas que envolvem a agressão estão relacionadas com consequências negativas para a criança.

Recentemente, Fernandes, Alexandre, e Galvão (2015) desenvolveram seu estudo com o intuito de investigar a relação entre o uso da técnica indutiva pelas mães e o grau de empatia dos filhos. Participaram do estudo 100 díades mães-filhos, totalizando 200 sujeitos. Os filhos tinham entre 12 e 17 anos. Para avaliar a técnica indutiva utilizada pelas mães, foram utilizadas: a Escala de Sentimento Empático e a Escala de Verbalização Materna sobre a empatia. Para medir a empatia dos adolescentes, foram aplicadas a Escala de Sentimento Empático e a Escala de Percepção dos filhos da empatia das mães.

Os resultados do estudo desenvolvido por Fernandes *et al.* (2015) sugerem que o uso de técnicas de indução pelas mães pode contribuir para o desenvolvimento de sentimentos empáticos em seus filhos, favorecendo assim, indiretamente, a emissão de comportamentos socialmente positivos.

De maneira semelhante Patrick e Gibbs (2012) desenvolveram seu estudo com o objetivo de investigar como as técnicas de disciplina, especialmente a indutiva, se relacionam com a identidade moral de adolescentes. Participaram do estudo 93 estudantes, com idade entre 10 e 16 anos e 35 mães. Foi utilizado o *questionário de disciplina parental percebida* desenvolvido por Hoffman e Saltzstein (1967) para

avaliar a percepção dos adolescentes em relação a técnica de disciplina e uma *Medida de Auto-Relevância Moral* desenvolvida por Patrick e Gibbs (2008) que avalia a identidade moral.

Os resultados do estudo realizado por Patrick e Gibbs (2012) apontaram que os adolescentes avaliaram a técnica indutiva como mais apropriada, e a afirmação de poder como menos apropriada. Além disso, foi verificado que o escore de adequação da técnica indutiva foi positivamente associado com a identidade moral, enquanto a percepção de adequação das técnicas de afirmação de poder e retirada de amor não teve influência na identidade moral. Esses autores sugerem que a consideração do adolescente sobre a indução como a técnica mais positiva e apropriada promove a possibilidade dele atender o que está sendo solicitado e internalizar a mensagem de socialização.

Guevara, Cabrera, Gonzalez e Devis (2015) também realizaram seu estudo com o intuito de verificar como a técnica de disciplina indutiva influencia no comportamento prossocial de adolescentes colombianos e o papel mediador da empatia e da simpatia. 717 sujeitos participaram do estudo, sendo 239 pais, 239 mães e um dos filhos adolescentes desse casal (239 no total).

A disciplina indutiva foi medida através de um questionário contendo 8 questões. A empatia foi avaliada através do questionário de situações e emoções. Por fim, a simpatia foi medida através de duas subescalas (consideração empática e tomada de perspectiva) da escala desenvolvida por Davis. Vale salientar que o instrumento utilizado para medir simpatia, foi desenvolvido por Davis com a finalidade de medir empatia cognitiva e empatia afetiva.

Os resultados do estudo realizado por Guevara *et al.* (2015), constataram que o uso da disciplina indutiva, tanto por parte do pai como da mãe, foi diretamente e significativamente correlacionado com a empatia, simpatia e comportamento prossocial dos adolescentes. Desse modo, à medida que os pais utilizam mais a técnica indutiva, os seus filhos tendiam a apresentar níveis maiores de empatia, simpatia e comportamento prossocial.

Carlo, Knight, McGinley e Hayes (2010) buscaram investigar as relações entre o uso da técnica de indução pelos pais e o comportamento prossocial em uma amostra de Americanos Mexicanos e Americanos europeus. Participaram do estudo 207

adolescentes que se identificaram como Americanos Mexicanos e 108 que se identificaram como Americanos Europeus, estudantes do quarto e quinto ano de escolas públicas nos Estados Unidos.

Para medir a técnica de indução parental, foi utilizada a escala de indução parental, desenvolvida por Supple, Peterson e Bush (2004). As tendências prossociais dos adolescentes foram avaliadas através da medida revisada de tendências prossociais, desenvolvido por Carlo, Hausmann, Christiansen e Randall (2003), o qual avalia como os estudantes se engajam em seis diferentes tipos de comportamentos prossociais em situações distintas.

Para avaliar os componentes afetivos e cognitivos da simpatia foram utilizadas duas subescalas, a consideração empática e a tomada de perspectiva, da escala de Davis (escala desenvolvida para avaliar empatia). Por fim, foi utilizada a escala de raciocínio moral prossocial desenvolvida por Carlo, Eisenberg e Knight (1992), essa escala busca avaliar o raciocínio moral através de cinco histórias designadas para evocar conflito entre as necessidades e desejos do personagem com os de outra pessoa.

Os resultados do estudo desenvolvido por Carlo *et al.* (2010), de modo geral, sugerem que a prática de indução utilizada pelos pais se relaciona de modo indireto com os comportamentos prossociais dos adolescentes. E que a simpatia, medeia a relação entre a indução e o comportamento prossocial.

Esse conjunto de resultados provenientes dos diversos estudos apresentados sugere que as técnicas disciplinares utilizadas pelos pais podem predizer o nível de empatia e os comportamentos prossociais das crianças. Ademais, a técnica de indução proporciona o desenvolvimento da empatia e essa funciona como um importante mediador para a internalização de princípios morais.

O papel da cultura nas práticas parentais

A cultura é compreendida como o conjunto de práticas que ocorrem rotineiramente no cotidiano e que é compartilhado dentro de um determinado grupo (Tudge, Hayes, Doucet, Odero, Kulakova, Tammeveski, Meltsas & Lee, 2000). Essas práticas direcionam a maneira como as pessoas devem se relacionar umas com as outras e influenciam as estratégias que são utilizadas pelos agentes de socialização na criação de seus filhos. Desse modo, as técnicas que são utilizadas pelos pais no contexto

familiar são influenciadas pelas regras e valores que permeiam a sociedade em que estão inseridos.

De acordo com Harkness e Super (2002) existiriam quatro premissas que demonstram a relação existente entre a socialização e cultura, as quais envolvem diferentes paradigmas disciplinares. A primeira premissa se refere ao fato das práticas parentais serem impregnadas de valores culturais, uma vez que as ações dos pais são guiadas pelo que a cultura aceita e normatiza como sendo correto. Por exemplo, se em uma determinada cultura a técnica disciplinar baseada na afirmação de poder for compreendida como necessária para controlar e corrigir a criança, a probabilidade que os pais utilizem tal tipo de disciplina vai ser maior do que em outra cultura na qual essa prática não seja aceita.

A segunda premissa destacada por Harkness e Super (2002) consiste no fato das práticas e as rotinas adotadas pelos pais na criação dos filhos estarem envolvidas por temas culturais que são considerados relevantes para os pais, conseqüentemente o que eles transmitem para a criança são mensagens culturais. A terceira alegação seria de que existem significados que permeiam as atividades e os ambientes de determinados grupos culturais. Assim, uma temática específica está presente em diferentes contextos. Por exemplo, se uma cultura preza pela interdependência, provavelmente a criança irá ter que lidar com diferentes situações em que exijam o treinamento e aprendizagem dessa temática. Além disso, a maneira que os pais interagem com seus filhos cria um sistema integrado que às vezes exige ajustes para permanecer em harmonia com o sistema cultural.

A última premissa proposta por Harkness e Super (2002) salienta que as práticas parentais não são somente influenciadas pela cultura, mas também pelas características da criança. Assim, se uma criança é mais agressiva e possui um temperamento considerado mais difícil, a probabilidade de seus pais recorrerem ao uso de técnicas que envolvem a punição é maior.

Alguns autores têm buscado investigar empiricamente algumas das premissas propostas por Harkness e Super (2002). Assim, diversas pesquisas têm sido realizadas em diferentes culturas com o intuito de verificar se as ações dos pais são influenciadas pela cultura que o sujeito faz parte, e se as práticas parentais possuem efeitos diferentes no desenvolvimento da criança a depender da cultura que o sujeito esteja inserido.

Oveisi, Ardabili, Majdzadeh, Mohammadkhani, Rad e Loo (2010) realizaram seu estudo possuindo como um dos seus objetivos investigar as atitudes culturais de mães iranianas em relação ao uso da punição corporal. Participaram 30 mães e 12 cuidadores, com idade entre 20 e 35 anos. Foram realizadas Três Discussões em Grupo Focal com 10 mães em cada grupo e duas discussões em grupos focais com seis cuidadores em cada grupo.

Os resultados do estudo de Oveisi *et al.* (2010) apontaram que as mães iranianas acreditavam que a principal responsabilidade dos pais é a educação de seus filhos, e 80% delas afirmaram que para alcançar tal finalidade as suas ações deveriam envolver punição. Além disso, foi constatado que muitas das práticas disciplinares utilizadas pelas mães e cuidadores eram incorretas e consideradas abusivas nos aspectos mental e físico para as crianças. Os autores discutem esses dados com base em um fator cultural, a religião, a qual pode funcionar como um importante mediador cultural em relação às atitudes parentais favoráveis à punição corporal.

De maneira semelhante, Akmatov (2011) desenvolveu seu estudo com a finalidade de observar como as atitudes parentais em relação à punição corporal, em diferentes culturas, podem estar relacionadas ao uso de técnicas disciplinares consideradas abusivas. Informações sobre a disciplina utilizadas pelos pais de 124.916 crianças, com idade entre 2 e 14 anos foram coletadas através de questionários padronizados em 28 países.

Foram incluídas perguntas sobre os métodos de disciplina utilizados pelos pais ou responsáveis no último mês e foi utilizado um questionário para avaliar a violência doméstica. Para a análise dos dados foram criados três grupos de países: (i) africanos; (ii) em transição, que incluíam os antigos países da antiga União Soviética e da antiga Iugoslávia; e, (iii) todos os países restantes.

Os resultados do estudo de Akmatov (2011) demonstraram que a maior parte dos pais de países africanos, quando comparados com os pais de países de transição, acreditava que a punição física deveria ser usada como um método de educação infantil. Além disso, os países africanos apresentaram a maior taxa de prevalência de todas as formas de abuso infantil, enquanto os países de transição exibiram as menores taxas.

Akmatov (2011) discute esses dados levando em consideração que em algumas culturas africanas, o comportamento violento, incluindo o abuso infantil, é mais comum

e amplamente aceito em comparação com outras culturas. Assim, as crenças culturais e as normas existentes nas sociedades podem contribuir para o maior uso da punição corporal entre pais africanos. Esses dados sugerem que em países cujos cuidadores possuem atitudes positivas em relação à punição corporal, existe uma probabilidade maior dos pais utilizarem esse tipo de disciplina com os seus filhos.

Também com o intuito de investigar a relação entre cultura e disciplinas parentais, Gershoff, Grogan-Kaylor, Lansford, Chang, Zelli, e Deater-Deckard (2010) desenvolveram sua pesquisa com a finalidade de examinar as práticas disciplinares utilizadas pelas mães em seis países, bem como as associações dessas técnicas de disciplina com a agressividade infantil e a ansiedade. A amostra foi constituída por 292 participantes, sendo uma parte constituída pelas crianças com idade 8 e 12 anos e suas mães, com idade entre 20 e 59 anos. Essas famílias residiam em sete áreas metropolitanas de seis países: Beijing (China), Roma e Nápoles (Itália), Distrito de Rachuonyo da província de Nyanza (Quênia), Manila (Filipinas), Chiang Mai (Tailândia).

Foram utilizados os seguintes instrumentos: medida de técnicas de disciplina maternas, a qual avalia a frequência de 11 tipos diferentes de disciplina parental. Uma medida para avaliar a percepção de normatividade em relação à técnica de disciplina, essa medida foi respondida pelas mães e pelas crianças. Por fim, para avaliar os comportamentos das crianças foram utilizadas as sub-escalas de ansiedade/depressão e agressividade de duas escalas diferentes, uma respondida pelas mães e a outra pelas crianças.

Os resultados do estudo de Gershoff *et al.* (2010) indicaram que existe diferença entre os países, somente em relação a uma técnica de disciplina parental, a expressão de desapontamento. Foi constatado, a partir do relato materno que entre famílias chinesas, italianas, filipinas e tailandesas, quando comparadas com as famílias quenianas, a expressão de desapontamento se relacionou com o aumento nos níveis de agressão das crianças.

Esses dados sugerem que, embora tenham sido encontradas poucas evidências de que as técnicas de disciplinas utilizadas pelas mães se modifiquem entre as culturas, existem fatores específicos de cada país que podem interferir na relação entre as práticas parentais e suas consequências para o desenvolvimento da criança.

De maneira semelhante, Deater-Deckard, Bates, Dodge e Pettit (1996) buscaram investigar se a relação entre a disciplina física parental e a agressão das crianças era mediada pelo grupo étnico que a criança fazia parte. Participaram do estudo 466 crianças americanas europeias e 100 americanas africanas. Para avaliar a disciplina utilizada pelas mães foram empregadas: entrevista semiestruturada, situações hipotéticas, e um questionário. Os problemas de comportamentos externalizantes das crianças foram avaliados pelas mães, professora e pares.

Os resultados do estudo de Deater-Deckard *et al.* (1996) apontaram que as crianças que tenderam a receber mais a técnica de disciplina física foram as americanas africanas, as do sexo masculino, as que viviam em casa com níveis econômicos baixos, e as que possuíam mãe solteira. No entanto, somente entre as crianças americanas europeias, altos níveis de punição física se associaram com maiores níveis de problemas de comportamentos externalizantes e agressividade.

Esse conjunto de dados sugere que as consequências das técnicas de disciplinas parentais podem ser mediadas pelo contexto que o indivíduo esteja inserido. Assim, uma mesma prática de disciplina parental pode possuir efeitos diferentes no desenvolvimento socioemocional da criança a depender da cultura que ela faça parte. Além disso, foi constatado que a cultura influencia na escolha da técnica disciplinar que será utilizada pelos pais, ocorrendo uma tendência dos cuidadores escolher a técnica que a sociedade normatiza como correta.

Considerações Finais

Dentro do processo de socialização os pais podem fazer uso de diferentes estratégias para corrigir e direcionar os comportamentos impróprios da criança para aqueles que são considerados mais adequados socialmente. A escolha das técnicas que são adotadas pelos cuidadores é influenciada pela cultura que eles estão inseridos, existindo uma tendência à utilização de práticas disciplinares que são consideradas apropriadas dentro de determinada sociedade.

Os estudos empíricos que foram apresentados na presente revisão demonstram como as diferentes práticas disciplinares coercitivas podem influenciar negativamente no desenvolvimento da criança, pois quando os agentes socializadores utilizam esses tipos de técnicas aumenta a probabilidade da criança apresentar maiores problemas

emocionais e de comportamento, essas consequências negativas repercutem em outros momentos da vida da criança, como a adolescência e idade adulta. Por outro lado, as pesquisas indicam que o uso de práticas disciplinares positivas, tais como a técnica indutiva, favorecem o desenvolvimento da empatia e de comportamento pró-sociais e proporciona a internalização de normas sociais.

Por fim, o conjunto de achados relevantes de pesquisa empírica apresentados fornece evidências sobre o papel que os pais desempenham no desenvolvimento dos seus filhos e como as práticas adotadas dentro do contexto familiar podem potencializar ou prejudicar o desenvolvimento de habilidades que são importantes para o convívio da criança em sociedade.

Referências

- Akmatov, M. K. (2011). Child abuse in 28 developing and transitional countries – Results from the Multiple Indicator Cluster Surveys. *International Journal of Epidemiology*, 40, 219–227. <http://dx.doi.org/10.1093/ije/dyq168>.
- Alvarenga, P. & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 449-459. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000300002>.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. <http://dx.doi.org/10.2307/1126611>.
- Baumrind, D. (1967). Child cares practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43-88.
- Baumrind, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. <http://dx.doi.org/10.2307/1126611>.
- Berliner, R. B., & Masterson, T. L. (2015). Review of research: Promoting empathy development in the early childhood and elementary classroom. *Childhood Education*, 91(1), 57–64. <https://doi.org/10.1080/00094056.2015.1001675>.
- Borsa, J.C. (2007). O papel da escola no processo de socialização infantil. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>.
- Bryant, B. K. (1982). An index of empathy for children and adolescents. *Child Development*, 53, 413–415. <https://doi.org/10.2307/1128984>.
- Bugental, D. B., & Grusec, J. E. (2006). Socialization processes. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology, Vol. 3: Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 366–428). Nova York: John Wiley.
- Carlo, G., Eisenberg, N., & Knight, G. P. (1992). An objective measure of adolescents' prosocial moral reasoning. *Journal of Research on Adolescence*, 2, 331-349. http://dx.doi.org/10.1207/s15327795jra0204_3.
- Carlo, G., Hausmann, A., Christiansen, S., & Randall, B. A. (2003). Sociocognitive and behavioral correlates of a measure of prosocial tendencies for adolescents. *Journal of Early Adolescence*, 23, 107-134. <https://doi.org/10.1177/0272431602239132>.

- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., & Hayes, R. (2010). The Roles of Parental Inductions, Moral Emotions, and Moral Cognitions in Prosocial Tendencies Among Mexican American and European American Early Adolescents. *Journal of Early Adolescence*, 31(6) 757–781. <https://doi.org/10.1177/0272431610373100>.
- Carvalho, C. S. P. S. (2014). *Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação em mães de crianças de idade pré-escolar*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Cecconello, A. M., DeAntoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas Educativas, Estilos parentais, e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), 487-496. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>.
- Deater-Deckard, K., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (1996). Physical discipline among African American and European American mothers: Links to children's externalizing behaviors. *Developmental Psychology*, 32(6), 1065-1072. <http://dx.doi.org/10.1037/0012-1649.32.6.1065>
- Duarte, A. P. M. (2011). *As práticas educativas parentais e as birras das crianças*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal.
- Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1998). Prosocial development. In N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (pp. 701-778). New York: Wiley.
- Eisenberg, N., & Valiente, C. (2002). Parenting and children's prosocial and moral development. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (2nd ed., Vol. 5: Practical issues in parenting, pp. 111-142). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Farrant, B. M., Devine, T. A. J., Maybery, M. T., & Fletcher, J. (2012). Empathy, Perspective Taking and Prosocial Behaviour: The Importance of Parenting Practices. *Infant and Child Development*, 21, 175-188. <https://doi.org/10.1002/icd.740>.
- Fernandes, A. S., Alexandre, M. E. S. de Galvão, L. K. de S. (2015). Socialização em sentimentos empáticos com díades mãe-filho. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 2(3), 112-127. Recuperado de <https://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/viewFile/22/450>.
- Gámez-Guadix, M., Straus, M. A., Carrobbles, J. A., Munoz-Rivas, M. J., & Almendros, C. (2010). Corporal punishment and long-term behavior problems: The moderating role of positive parenting and psychological aggression. *Psicothema*, 22(4), 529–536. Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810017933>.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review. *Psychological Bulletin*, 128(4), 539-579. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.128.4.539>.
- Gershoff, E. T., Grogan-Kaylor, A., Lansford, J. E., Chang, L., Zelli, A., Deater-Deckard, K., et al. (2010). Parent discipline practices in an international sample: Associations with child behaviors and moderation by perceived normativeness. *Child Development*, 81, 487–502. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01409.x>.

- Grusec, J. E., & Goodnow, J. J. (1994). Impact of Parental Discipline Methods on the Child's Internalization of Values: A Reconceptualization of Current Points of View. *Developmental Psychology*, 30(1), 4-19. <http://dx.doi.org/10.1037/0012-1649.30.1.4>.
- Guevara, I. P., Cabrera, V. E., Gonzalez, M. R., & Devis, J. V. (2015). Empathy and Sympathy as Mediators between Parental Inductive Discipline and Prosocial Behavior in Colombian families. *International journal of psychological research*, 8(2), 34-48. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-20842015000200004.
- Harkness, S., & Super, C. M. (2002). Culture and Parenting. In Marc H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting Volume 2 Biology and Ecology of Parenting: Vol 2*. (pp. 253-280). Nova Jersey: Estados Unidos.
- Hoffman, M. L. (2000) *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L., & Saltzstein, H. D. (1967). Parent discipline and the child's Moral Development. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5(1), 45-57. <http://dx.doi.org/10.1037/h0024189>.
- Holden, G. W. (2002). Perspectives on the Effects of Corporal Punishment: Comment on Gershoff (2002). *Psychological Bulletin*, 128(4), 590-595. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.128.4.590>.
- Justo, A. R., Carvalho, J. C. N., & Kristensen, C. H. (2014). Desenvolvimento da empatia em crianças: A influência do estilos parentais. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 510-523. <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150214>.
- Krevans, J., & Gibbs, J. C. (1996). Parents' use of inductive discipline: Relations to children's empathy and prosocial behavior. *Child Development*, 67, 3263-3277. <http://dx.doi.org/10.2307/1131778>.
- Lopez, N. L., Bonenberger, J. L., & Schneider, H. G. (2001). Parental disciplinary history, current levels of empathy, and moral reasoning in young adults. *North American Journal of Psychology*, 3(2), 193-204. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/216812884_Parental_disciplinary_history_current_levels_of_empathy_and_moral_reasoning_in_young_adults.
- Macarini, S. M., Martins, G. Dal. F., Minetto, M.F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (1), 119-134. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100013.
- Maccoby, E. E. (1992). The Role of Parents in the Socialization of Children: An Historical Overview. *Developmental Psychology*, 28(6), 1006-1017. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/353b/824813759e7330e71281e2dd660604884244.pdf>.
- Mackenbach, J. D., Ringoot, A. P., van der Ende, J., Verhulst, F. C., Jaddoe, V. W. V., Hofman, A., et al. (2014). Exploring the relation of harsh parental discipline with child emotional and behavioral problems by using multiple informants. The generation R study. *PloS One*, 9(8), e104793. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0104793>.
- McDonald, N. M., & Messinger, D. S. (2011). The Development of Empathy: How, When, and Why. In A. Acerbi, J. A. Lombo, & J. J.Sanguineti (Eds), *Free will*,

- Emotions, and Moral Actions: Philosophy and Neuroscience in Dialogue. Miami: Estados Unidos. In press.
- Motta, M. da C., Falcone, E. M. de O., Clark, C., & Manhães, A.C. Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 523-532. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a07>.
- Mulvaney, M. K., & Mebert, C. J. (2010). Stress appraisal and attitudes towards corporal punishment as intervening processes between corporal punishment and subsequent mental health. *Journal of Family Violence*, 25, 401–412. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9301-0>.
- Noack, P. (2011). Socialization. In B. B. Brown & M. J. Prinstein (Eds.), *Encyclopedia of adolescence* (Vol. 2, pp. 352-359). Londres, Inglaterra: Academic Press.
- Oveisi, S., Eftekhare Ardabili, H., Majdzadeh, R., Mohammadkhani, P., Alaqband Rad, J., & Loo, J. (2010). Mothers' attitudes toward corporal punishment of children in Qazvin-Iran. *Journal of Family Violence*, 25(2), 159–164. <http://dx.doi.org/10.1007/s10896-009-9279-7>.
- Pacheco, J. T. B., Silveira, L. M. O. B., & Schneider, A. M. A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39(1), 66-73. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/1480/2797>.
- Patrick, R. B., & Gibbs, J. C. (2012). Inductive Discipline, Parental Expression of Disappointed Expectations, and Moral Identity in Adolescence. *J Youth Adolescence*, 41, 973–983. <http://dx.doi.org/10.1007/s10964-011-9698-7>.
- Rodriguez, C. M. (2003). Parental discipline and abuse potential effects on child depression, anxiety, and attributions. *Journal of Marriage and Family*, 65(4), 809-817. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/019f/98cbfe336cbcf1a4d4424a295d18a093358f.pdf>.
- Supple, A. J., Peterson, G. W., & Bush, K. R. (2004). Assessing the validity of parenting measures in a sample of Chinese adolescents. *Journal of Family Psychology*, 18, 539-544. <http://dx.doi.org/10.1037/0893-3200.18.3.539>.
- Tudge, J., Hayes, S., Doucet, F., Otero, D., Kulakova, N., Tammeveski, P., Meltsas, M., & Lee, S. (2000). Parents' participation in cultural practices with their preschoolers. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 1-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000100002>.
- Turner, H. A., & Muller, P. A. (2004). Long-term effects of child corporal punishment on depressive symptoms in young adults: Potential moderators and mediators. *Journal of Family Issues*, 25(6), 761-782. <http://dx.doi.org/10.1177/0192513X03258313>.
- Xing, X., & Wang, M. (2013). Sex differences in the reciprocal relationships between mild and severe corporal punishment and children's internalizing problem behavior in a Chinese sample. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 34, 9-16. <http://dx.doi.org/10.1016/j.appdev.2012.09.004>.
- Xing, X., Zhang, H., Shao, S., & Wang, M. (2017). Child Negative Emotionality and Parental Harsh Discipline in Chinese Preschoolers: The Different Mediating Roles of Maternal and Paternal Anxiety. *Front. Psychol.*, 8, 1-9. <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00339>.

Zottis, G. A. H., Salum, G. A., Isolan, L. R., Manfro, G. G., & Heldt, E. (2014). Associations between child disciplinary practices and bullying behavior in adolescents. *Jornal de Pediatria*, 90(4), 408-414. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jped.2013.12.009>.

Recebido: 5/9/2018. Aceito: 5/10/2018.

Sobre os autores e contato:

Michelle França Dourado Neto Pires
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: roazzi@gmail.com

Antonio Roazzi
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: roazzi@gmail.com

Alexsandro Medeiros do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: alexmenden@hotmail.com

Bruno Campello de Souza
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: bcampello@uol.com.br

Suely A. do N. Mascarenhas
Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: suelyanm@ufam.edu.br